

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 02/2016 DE 27 DE ABRIL DE 2016

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a segunda sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de abril do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e dez minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária.-----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Manuel Morais Ramos -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Ilídio Silva Ferreira -----

----- Fernando da Costa Felix -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Rosa Maria Carvalho dos Santos -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceram a reunião os membros Srs. José Luís Lopes Ramos e Diogo Martins Cardoso, Mário Jorge Martinho Morgado, Paula Cristina Sá Nascimento, Ilídio Afonso da Cruz. -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Esteve também presente na sessão a Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr.ª Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes. -----

----- Dado que o Sr. José Luís Lopes Ramos, segundo secretário não compareceu à sessão o Sr. Presidente da Assembleia chamou para completar a Mesa o Sr. Ilídio Silva Ferreira. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:-----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- 1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----

----- **a) Justificação de Faltas de membros da Assembleia Municipal à Sessão do Órgão Deliberativo:**-----

----- Por requerimento registado em 27 de fevereiro de 2016, O Sr. José Luís Lopes Ramos, informa que por motivos de ordem profissional não pode comparecer à presente sessão e solicita a justificação da respetiva ausência.-----

----- A Mesa da Assembleia deliberou por unanimidade e escrutínio secreto, aceitar o pedido e justificar a respetiva ausência. -----

----- **b) Proposta de aprovação de um Voto de Louvor à Rádio Escudo pelos seus trinta anos de emissão.** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Antes de iniciar os trabalhos propôs à assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor à Rádio Escuro, cujo texto integral se transcreve: -----

“A Rádio Escuro iniciou as suas emissões regulares e legais a 27 de abril de 1986. Faz hoje trinta anos.

Uma Rádio que nos tem acompanhado ao longo dos tempos com uma voz ativa e respeitada, ouvida já nos quatro cantos do Mundo.

É um elo de ligação muito forte às nossas comunidades espalhadas por essa Europa fora e além mar.

Faz parte do dia a dia dos Paivenses coloca o coloca o Concelho no centro das suas atenções proporcionando informação e divulgação local e regional ao nosso dispor. Promove os nossos saberes e tradições. Faz indubitavelmente serviço público em quantidade e qualidade.

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

É assim nosso dever, prestar uma homenagem justa e sincera a uma Instituição de referência deste Concelho neste momento de celebração.

Desta forma, proponho que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva aprove um voto de louvor à Rádio Escuro pelos seus trinta anos de vida e por todos os serviços relevantes prestados a este Município e à Região.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar um voto de louvor à Rádio Escuro pelo excelente trabalho realizado ao longo de trinta anos de emissão.-----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”:** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os membros Srs. Amândio Salvador, Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Ilídio Silva Ferreira, cujas declarações a seguir se transcrevem: -----

----- O Sr. Amândio Salvador, alertou para a existência de vários cães vadios que vagueiam pela freguesia do Touro e que têm dado grandes prejuízos nas culturas dos tourenses, além de já terem morto um vitelo e várias ovelhas. Referiu que inclusive as pessoas já têm medo de ser atacadas durante as caminhadas que diariamente fazem. Como a Câmara Municipal dá um subsídio ao Canil de Vila Nova de Paiva, solicita ao Sr. Presidente que tome medidas e o ajude a resolver este problema.-----

- O Sr. Fernando Félix referiu o seguinte: -----

“Sr. Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr.ª Vereadora

Caros Colegas Deputados e demais pessoas presentes

Permitam-me que aproveite este período antes da ordem do dia para dizer o seguinte:

Há dias quando vi as imagens e fotografias do aluimento de terras que obrigou o corte de trânsito no A14, que liga Coimbra à Figueira da Foz, lembrei-me que na construção da variante que liga este Município ao Sátão foram utilizadas, em passagens inferiores e aquedutos, estruturas aparentemente idênticas àquelas que recentemente cederam naquele auto-estrada. Assim e mesmo sabendo que se trata de uma Estrada Nacional, mas desconhecendo se as Estradas de Portugal tem feito fiscalizações deste âmbito, e ainda como diz o povo “cautela e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”, sugiro ao Sr. Presidente da Câmara que providencie por uma fiscalização técnica ao estado de tais estruturas, atentos os anos decorridos desde a sua construção, as intempéries verificadas e até a passagem dos materiais com grande peso utilizados na construção do novo parque eólico da Serra da Nave. Por prevenção julgo oportuna uma fiscalização técnica a realizar pelos serviços municipais.

Atendendo à notícia ouvida nos meios de comunicação social sobre a decisão proferida pelo TAF de Viseu no processo de “Impugnação de ato administrativo relativo a demissão” que o STAL, em representação do associado Sérgio Bruno Gomes Tavares, move contra este Município; e à condizente informação de “decisão favorável ao STAL” constante na “Lista de Processos Judiciais” que mesmo agora nos foi distribuída, solicito ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos sobre a evolução e estado de tal processo, nomeadamente se confirma a decisão, e se o Município já recorreu ou pondera recorrer”.

----- O Sr. José Manuel Correia Alves, na sua intervenção começou por elogiar os recentes trabalhos de limpeza das bermas e valetas das estradas municipais efetuados com maquinaria recentemente adquirida, sendo um contributo acentuado para a manutenção e segurança das vias.-----

----- Alertou novamente para o mau estado da estrada que liga Touro a S. João de Tarouca, porque aquela via é intermunicipal, tem muita circulação, e embora saiba que para a autarquia todas as estradas são importantes, aquela em seu entender deverá ser prioritária devido ao maior volume de viaturas que por ali circula.-----

----- Chamou a atenção também para o extremo mau estado da via que liga a Freguesia de Touro à estrada nacional 225 em Vila Cova à Coelheira, embora sendo uma estrada com pouco movimento se não for intervencionada a curto prazo ficará intransitável.-----

----- Relativamente ao ambiente referiu ter visto com agrado que o projeto da remodelação da ETAR de Vila Nova de Paiva já foi aprovado e será em breve concretizado. No entanto continua preocupado com o saneamento de Alhais e Fráguas, especialmente o dos Alhais que necessita de uma resolução definitiva porque as fossas encontram-se muito próximas da linha de água e que acabam por indirectamente afluir ao rio Paiva. Também fráguas o problema da estação elevatória que fica em cima do rio Paiva carece de uma atenção especial de manutenção.-----

----- Ainda relativamente à questão da ETAR e intervenção nos sistemas de drenagem alerta para a necessidade de não se descuidar a retirada das águas pluviais dos sistemas e serem consideradas as necessárias acções conducentes a tal nos projetos a elaborar, não só no caso de Vila Nova de Paiva / Alhais mas em todo o Município

- O Sr. Ilídio Ferreira, alertou para a constante passagem na área do município de camiões carregados de resíduos sólidos a céu aberto, deixando cair na via pública resíduos e um cheiro nauseabundo, tornando-se quase impossível circular atrás daqueles camiões. Solicita ao Sr. Presidente que alerta as entidades competentes por forma a que este tipo de transportes seja controlado.-----

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

----- José Manuel Correia Alves, pediu a palavra e referiu que estas questões dos transporte de RSU na área do Município poderão ser fiscalizadas pela Autarquia por intermédio da sua Fiscalização, uma vez que, segundo informações veiculadas na própria Assembleia, os resíduos se encontram a ser depositados na Serra da Nave, local onde se encontram as nascentes dos Rios Paiva e Varosa e que poderão ter consequências na qualidade da água dos mesmos, sendo portanto um assunto de interesse e saúde pública.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram formuladas, como segue: -----

“ Como é do conhecimento de todos quando chega a primavera há sempre cães a vaguear pelas ruas, não acredito que sejam os caçadores que os abandonam, mas sim pessoas mal formadas que largam os seus animais. A Câmara Municipal tem um protocolo com a Associação “Amigos do Pelo”, nesse protocolo estão definidos os direitos e deveres de cada uma das partes, por isso vou determinar aos serviços para contatarem aquela associação por forma a resolver o problema dos cães vadios.-----

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Fernando Félix, em primeiro lugar eu gostaria de saber onde é que saiu a noticia sobre o processo do Sr. Sérgio Tavares, porque eu não vi nem ouvi qualquer meio de comunicação social a divulgar o que quer que fosse sobre este processo. No entanto quero dar-vos nota que o município em virtude daquele processo disciplinar que tinha contra aquele funcionário e que todos conhecem e sabem que após a instrução do processo disciplinar a instrutora entendeu que a pena adequada seria demissão, o processo foi apreciado pelo Órgão Executivo em 2012. A Câmara entendeu que deveria sancionar esse processo disciplinar e que o referido funcionário fosse demitido. O Sr. Sérgio Tavares nos seus plenos direitos recorreu preventivamente com uma providência cautelar que lhe foi favorável sendo reintegrado nos serviços. Agora e passados quatro anos o Tribunal Administrativo e fiscal de Viseu, veio dar nota que provando as faltas do funcionário, pura e simplesmente em conclusão, no acórdão vem dizer que as faltas do Sr. funcionário não pusera, em causa a relação de trabalho com o município. O que foi noticia no jornal do centro foi que uma funcionária da Câmara de Santa Comba Dão com oitenta e duas faltas foi reintegrada, e é esta a justiça que temos. Mais, em 26 de fevereiro do ano em curso, foi publicado um acórdão do supremo Tribunal Administrativo, acórdão esse que faz jurisprudência e como tal também faz lei, no qual um funcionário da Câmara de Mortágua falta oito meses seguidos, está em Angola à cinco anos e agora o município de Mortágua é condenado a integra-lo e a

pagar-lhe todos os direitos desde o início do processo. Como à pouco referi é esta a justiça que temos e também sabemos que os Srs. Juizes também são funcionários.

Quero dizer-vos com satisfação que na sentença do processo do Sr. Sérgio Tavares, o juiz faz análise de duas coisas. A primeira é que as decisões que foram tomadas pelo Órgão Câmara Municipal não têm qualquer vício. Sendo certo que a jurisprudência dos Tribunais Administrativos têm entendimento que as faltas aos serviço, só por si, e este é o elemento dito objectivo, não é bastante para por em crise as relações de trabalho.

Em tempo oportuno apresentar-vos-ei o processo quando este transitar em julgado, para que os Srs. membros da Assembleia possam perceber alguns testemunhos de alguns responsáveis e ex-responsáveis deste município que, pura e simplesmente testemunharam contra este município. Esses senhores não testemunharam a favor do autor Sérgio Tavares, testemunharam pura e simplesmente contra o Município de Vila Nova de Paiva e isso também está explanado nos factos provados, eu também quero perceber como é que essas pessoas disseram o que disseram no processo quando cá estiveram diziam o contrário.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. José Manuel Correia Alves, nomeadamente sobre a limpeza das bermas e valetas, agradeço o reconhecimento do bom trabalho realizado, que esperamos continue, para que toda a área do concelho que já não era intervencionada à vários anos seja abrangida.

Relativamente ao piso da estrada que liga Touro a EN. 225 em Vila Cova à Coelheira, o mesmo já está a ser reparado.

Quanto ao saneamento de Alhais e Fráguas, assim como das freguesias de Pendilhe, Touro e Vila Cova á Coelheira, estão já a ser elaborado projetos para que, logo que possível se apresentarem candidatura no âmbito do Quadro Comunitário 2020.”

----- O Sr. Fernando Félix, solicitou novamente a palavra para referir o seguinte: -----

“Sr. Presidente da Câmara eu sei que o relevo de Montemor-o-Velho é muito diferente do relevo da Queiriga, minha terra e que eu conheço muito bem. Mas também sei Sr. Presidente, sem ter qualquer formação de engenharia, que as estruturas que as imagens e fotografias mostraram do aluimento do A14 são aparentemente iguais às utilizadas em passagens inferiores e aquedutos da variante Sátão/Vila Nova de Paiva na zona da Queiriga. Por ser assim, convido o Sr. Presidente da Câmara a ir à Queiriga e a ver a estrutura utilizada quer na passagem inferior do Porto Ferreira, quer nos aquedutos existentes nas proximidades sul e norte desta passagem.

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

Sr. Presidente da Câmara o que eu sei sobre a decisão do TAF de Viseu foi o que noticiaram os meios de comunicação social, sem conseguir agora precisar qual ou quais meios de comunicação; e ainda o que consta da “Lista de Processos Judiciais” que acabou de nos ser distribuída. Apenas isso. E uma vez que a minha profissão é Oficial de Justiça e no passado trabalhei vários anos naquele Tribunal, quero ainda dizer que relativamente ao conteúdo do processo, eventuais intervenções e teor de depoimentos não sei absolutamente de nada.”

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de fevereiro do ano de 2016,** aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que o texto da ata enviado sofreu alterações nomeadamente da intervenção do Sr. Fernando Félix na parte da análise do Parecer, recomendações e homologação das contas do ano de 2010. -----

----- O Sr. Fernando Félix inscreveu-se para intervir neste ponto da ordem do dia, tendo dito o seguinte: -----

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal desde o início do exercício de funções de membro desta Assembleia Municipal eu, reconhecendo a dificuldade de fazer as atas e a necessidade de ouvir a gravação e fazer a transcrição, tenho feito os resumos das minhas intervenções e os enviado oportunamente para o e-mail da senhora funcionária que “secretaria” as reuniões e é responsável pela elaboração das atas. Foi isso que aconteceu relativamente à reunião de 29 de fevereiro, tendo eu elaborado após a reunião um resumo das minhas intervenções e o remetido há cerca de duas semanas. Há uns dias recebi, como todos os membros desta Assembleia Municipal, a documentação para a presente reunião e este projeto da ata onde consta todo o resumo, por mim elaborado e enviado, das minhas intervenções. Agora, imediatamente antes do início desta Assembleia Municipal, sou informado pela senhora funcionária responsável pela elaboração das atas que, por determinação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a mesma terá enviado hoje, junto à hora de almoço, para o meu e-mail um novo projeto do texto da ata onde é retirado o ponto 3 do resumo por mim elaborado da minha intervenção relativamente ao Relatório do Tribunal de Contas. Ainda não vi esse novo mail, mas considero que o texto por mim previamente enviado relata resumidamente o que eu falei. Os resumos não são as transcrições integrais das intervenções e provavelmente apresentam algumas palavras que não foram utilizadas; omitem outras que foram utilizadas, sobretudo as repetições; omitem ainda intervenções espontâneas de terceiros e respetivas

respostas; mas transcrevem as ideias apresentadas. Como discordo do Sr. Presidente e sei que falei nos assuntos constantes do ponto 3 agora retirado da ata em discussão, pergunto aos membros desta Assembleia se acham que eu não falei nos assuntos em causa, pergunto se não se lembram de eu ter dito “se não havia por aí um relatório de gestão de 2014”, pergunto ao Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Vila Cova a Coelheira se não se recorda de ter feito uma observação aquando da minha intervenção, e digo que o Sr. Presidente da Câmara até respondeu à questão por mim colocada sobre o cumprimento das recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas. Por ser assim e discordando da opinião do Sr. Presidente irei votar contra este novo projeto da ata.”

----- Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal reiterou a vontade de retirar da ata a parte do texto do referido ponto 3 e, na sequência, procedeu à reprodução sonora da intervenção realizada, sobre o assunto em causa, pelo Sr. Deputado Fernando Félix na reunião de 27 de abril de 2016. Terminada a reprodução o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que, perante as diferentes interpretações, se transcrevesse integralmente a intervenção do Sr. Deputado Fernando Félix, o que teve a concordância deste último. -----

----- Não tendo havido mais inscrições o Sr. Presidente da assembleia colocou o texto definitivo da ata a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 29 de fevereiro de dois mil e dezasseis -----

----- **c) 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016**
– Aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de abril –
Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, que aqui se dá por reproduzida e fica a fazer parte integrante da presente ata, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de atas das reuniões da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara explicou os motivos que deram origem a esta revisão que se prende essencialmente com a inscrição de novos projetos de redes de saneamento e águas e beneficiação e pavimentação de arruamentos em várias freguesias .-----

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com onze votos a favor e quatro abstenções dos membros Srs. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Rosa

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

Cristina Alves Pinto, Rosa Maria Santos, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para o ano de 2016.-----

----- **c) Participação do Município de Vila Nova de Paiva na Associação Rede de Judiarias de Portugal** – Rotas Sefarad, de Belmonte, na qualidade de associado titular – Proposta aprovada pela Câmara Municipal em reunião do dia 15 de abril de 2016. -----

----- Foi presente à reunião a proposta em epígrafe, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. No âmbito do Programa Conservação e Revitalização do Património Cultural e Natural, o denominado projeto Rotas Sefarad: Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturais, apresentado pela Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, foi financiado através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) aplicável a Portugal, dos European Economic Area Grants (EEA Grants) para o período de 2009-2014, conforme Memorando de Entendimento celebrado entre os países doadores (Noruega, Islândia e o Listenstaine) e o Estado Português, nos termos do qual foi atribuído um apoio de âmbito nacional para o referido Programa, visando a salvaguarda do património natural e cultural para as gerações futuras, sua conservação e promoção do acesso público, sendo designado como Operador do Programa a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), através Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC).

2. Em 27 de junho de 2014, na qualidade de “Operador do Programa”, a DRCC celebrou com a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, um contrato definidor dos termos e das condições de execução e financiamento do referido projeto, conferindo-lhe a qualidade de “Promotora do Projeto” e, por isso, esta terá que executá-lo cumprindo todos os deveres a que se obrigou perante o Operador do Programa sendo que, para tanto, deverá celebrar com os parceiros do projeto Contratos de Parceria.

3. A Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, com sede em Belmonte, pessoa coletiva registada sob o número 509 801 811, doravante também designada por Associação, constituída em 17 de março de 2011, com alteração de Estatutos efetuada em 26 de agosto de 2013 e em 12 de agosto de 2015, conforme documentação extraída do Portal da Justiça (in <https://publicacoes.mj.pt/>), é uma associação de direito privado com carácter público, sem fins lucrativos, que prossegue os seguintes fins públicos conforme n.º 1 do art.º 4.º dos respetivos Estatutos na versão atual:

- i) Atuação conjunta na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica;*
- ii) Criação de políticas de intercâmbio de experiências entre municípios, protestando desta forma o conhecimento de culturas e tradições;*
- iii) Planificação e desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística, que corresponde com os interesses dos membros da rede;*
- iv) Planificação de uma política cultural de acordo com os objetivos da rede;*
- v) Integração e reconhecimento da cultura Sefardita e do seu contributo histórico no panorama nacional.*

4. O Município de Vila Nova de Paiva, doravante também designado por Município, é um município com herança judaica, com profundas raízes nas comunidades da freguesia de Vila Cova à Coelheira, tendo para o efeito aderido como “Parceiro” ao referido Programa, com o projeto de “Recuperação da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, envolvendo a criação de um Centro de Memória Judaica”, por forma a explorar e dar a conhecer o Judaísmo e a História dos Judeus em Vila Cova à Coelheira, e consequentemente em Portugal.

5. Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na reunião ordinária de 6 de fevereiro de 2015, e ao abrigo das alíneas r) e t) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificado pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterado pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho, foi celebrado com a Associação um Contrato de Parceria, outorgado em 16 de fevereiro de 2015, que define os termos e condições da parceria para implementação daquele projeto, disponível no portal do Município (in www.cm-vnpaiva.pt), o qual deverá estar integralmente realizado até ao dia 30 de abril de 2016.

6. O projeto tem como objetivo principal uma atuação conjunta entre a Associação e o Município, na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica e que pretende conjugar a valorização histórica e patrimonial da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, com a promoção turística.

7. Tal finalidade e as demais que caracterizam o objeto social da Associação são de relevante interesse público local, estando estas atividades compreendidas no âmbito das atribuições dos municípios, visto que os órgãos autárquicos só podem deliberar no âmbito da sua competência e para a realização das atribuições cometidas às autarquias locais.

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

8. *De acordo com o art.º 2.º do referido RJAL, constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º, ambos da mesma lei.*

9. *O património, a cultura e a promoção do desenvolvimento constituem domínios de atribuições expressamente previstos para os municípios conforme alíneas e) e m), do n.º 2, do artigo 23.º do RJAL.*

10. *A parceria firmada tem uma vigência de 5 anos após a cessação da intervenção; no entanto importa desde já promover uma colaboração estratégica com a Associação para melhor prossecução da defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica, conjugando a valorização histórica e patrimonial da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, com a promoção turística, em particular o turismo judaico.*

11. *Tal desiderato pode ser alcançado mediante a participação do Município na Associação como Associado Titular nos termos previstos no n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos da Associação, por um período, desde já, de 8 (oito) anos.*

12. *De harmonia com o disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 25.º do RJAL, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberar sobre todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal.*

13. *O regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (doravante RJAEL), foi aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 53/2014, de 25 de agosto, e 69/2015, de 16 de julho, o qual estabelece no n.º 3 do seu art.º 1.º que, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, se rege pelo RJAEL designadamente a constituição ou a mera participação dos municípios em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, mais estipulando no n.º 1 do art.º 6.º que tais participações devem ser fundamentadas na melhor prossecução do interesse público, sendo os requisitos e procedimentos para a concretização da constituição ou participação nas referidas entidades regidos pelo art.º 56.º do mesmo regime jurídico.*

14. *Os entes constituídos ou participados referidos no número anterior devem prosseguir fins de relevante interesse público local, e a sua atividade deve compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes (n.º 1 do art.º 56.º do RJAEL), sendo que a constituição ou a participação estão sujeitas a visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato (n.º 2 do art.º 56.º do RJAEL).*

15. Ao abrigo do n.º 1 do art.º 53.º do RJAEL, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º, nos municípios compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberar relativamente à participação dos municípios em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa.

16. De acordo com o n.º 1 do art.º 9.º dos Estatutos da Associação, constituem deveres dos associados participar nas despesas da Associação, mediante pagamento de uma quota regular, a fixar pela Assembleia Geral, e a participar, proporcionalmente, em despesas ordinárias e extraordinárias, que vierem a ser aprovadas pela Assembleia Geral.

17. No passado dia 12 de janeiro de 2016 foi formalizada à Direção da Associação a intenção do Município participar na Associação, como Associado Titular ao abrigo do art.º 6.º dos Estatutos, e solicitada informação sobre as despesas a suportar pelo Município naquela qualidade, tendo a Associação informado em 24 de fevereiro de 2016 que há somente lugar ao pagamento da quota anual atualmente no montante de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), a cabimentar na rubrica orçamental 01.02./04.07.01.

18. Atualmente a Associação conta já com uma trintena de municípios associados, entre outras entidades, como sejam os organismos governamentais ligados ao turismo, entre os quais o Turismo do Centro, IP.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, e n.º 1 do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º, ambos do RJAEL, delibere o seguinte:

1.º) Propor à Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva que ao abrigo da alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º do RJAL, e n.º 1 do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º, ambos do RJAEL, autorize a participação do Município de Vila Nova de Paiva, em conformidade com os respetivos estatutos e a lei vigente, na Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, com sede em Belmonte, NIF 509 801 811, para admissão na qualidade de Associado Titular, desde já pelo período de 8 (oito) anos, visto:

i) Os fins públicos prosseguidos pela Associação elencados no n.º 1 do art.º 4.º dos Estatutos, são de relevante interesse público local, que na situação vertente, tem em vista uma atuação conjunta entre a Associação e o Município na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural relacionado com a herança judaica e que pretende conjugar a valorização histórica e patrimonial da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, com a promoção turística.

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

ii) *Tais fins e atividades da Associação enquadram-se no âmbito das atribuições dos municípios, nomeadamente as previstas nas alíneas e) e m), do n.º 2, do art.º 23.º do RJAL;*

iii) *A participação do Município na Associação irá permitir uma melhor colaboração estratégica na promoção e dinamização do Centro de Memória Judaica, por forma a explorar e dar a conhecer o Judaísmo e a História dos Judeus em Vila Cova à Coelheira, e consequentemente em Portugal, conjugando a valorização histórica e patrimonial da antiga Sinagoga de Vila Cova à Coelheira com a promoção turística, em particular o turismo judaico.*

2.º) *Propor ao mesmo Órgão Deliberativo a aceitação, integral e sem reservas, dos Estatutos da Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, na versão atual, que se anexam à presente proposta dela fazendo parte integrante.*

3.º) *Propor ainda àquele Órgão Deliberativo que ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, autorize a realização dos encargos plurianuais com o pagamento à Associação da quota anual no montante atual de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), a processar pela rubrica orçamental 01.02/04.07.01.*

4.º) *Remeter o processo de participação do Município na Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad ao Tribunal de Contas para efeitos de visto prévio, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 56.º do RJAE, considerando-se definitiva a autorização de participação após obtido o visto favorável daquele Tribunal.”*

----- Não tendo havido inscrições para intervir neste ponto do ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. -----

----- **d) Apoio financeiro no âmbito do financiamento da construção do Centro Cultural de Vila Cova à Coelheira concedido pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 15 de abril de 2016** – Proposta de autorização de realização dos consequentes encargos plurianuais, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

----- Foi presente à reunião a proposta em epígrafe, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) A pedido conjunto da BANDA MUSICAL PROGRESSIVA DE VILA COVA À COELHEIRA, NIF 503 504 998, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade

pública nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, conforme consta do Despacho publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 61, de 13 de Março de 1992, do GRUPO CÉNICO, CULTURAL E RECREATIVO DE VILA COVA À COELHOIRA, NIF 501 697 454, e do SPORT CLUBE VILACOVENSE, NIF 502 546 760, associações sem fins lucrativos sediadas na vila e freguesia de Vila Cova à Coelheira, deste Município, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 7 de novembro de 2007, autorizou a atribuição de um subsídio no montante de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) para apoio ao financiamento da construção do Centro Cultural de Vila Cova à Coelheira, sito ao Lugar do Barreiro, 3650-120 Vila Cova à Coelheira, da iniciativa das referidas associações e que lhes serve de sede social, mediante algumas contrapartidas relativas à utilização das instalações por parte do Município.

b) O apoio concedido foi objeto de protocolo de cooperação celebrado entre as partes em 30 de abril de 2008, que caducou no passado mês de novembro de 2015.

c) Para completo cumprimento do compromisso financeiro assumido com a construção do Centro Cultural de Vila Cova à Coelheira, as referidas associações, por requerimento conjunto registado em 25 de janeiro de 2016, solicitaram novo apoio financeiro do Município, no mesmo montante do apoio inicial.

d) As associações em causa são instituições colaborantes com o Município, prosseguindo inalienável serviço público, que a Câmara Municipal sempre reconheceu.

e) As câmaras municipais têm entre as respetivas competências materiais, nomeadamente a de deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras, conforme alínea o), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere como segue:

1.º) Autorizar a concessão de novo apoio financeiro às associações requerentes no montante até € 50.000,00 (cinquenta mil euros) a processar em noventa e uma prestações mensais.

2.º) Aprovar a minuta do protocolo de cooperação anexo à presente proposta, dela fazendo parte integrante, a celebrar com as referidas associações após autorização da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea c),

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, para a realização dos encargos plurianuais inerentes à despesa em causa, mediante aprovação de revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor, por alteração nomeadamente do projeto com o código 2/251/2016/12 relativo ao referido apoio às associações.”

----- Não tendo havido inscrições para intervir neste ponto das ordem do dia, o Sr. presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe, autorizando-se a realização dos encargos plurianuais inerentes à despesa em causa.-----

----- **e) Nomeação da sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa para as Contas do Município de Vila Nova de Paiva para os anos de 2016 e 2017 no âmbito do disposto nos artigos 76.º e 77.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais** – Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 15 de abril de 2016.

----- Foi presente à reunião a proposta em epígrafe, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-B/2013, de 1 de novembro, e 50-C/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 83-C/2013, de 31 de dezembro, 75-A/2014, de 30 de setembro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 69/2015, de 16 de julho, foi aprovado o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI).

2. De harmonia com o n.º 3 do art.º 76.º do RFALEI, os documentos de prestação de contas são remetidos à assembleia municipal para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas (ROC) ou sociedade de revisores oficiais de contas (SROC), nos termos previstos no art.º 77.º da mesma lei.

3. Estabelece o n.º 1 do art.º 77.º do RFALEI, que o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

4. Compete ao auditor externo, que procede anualmente à revisão legal das contas, de acordo com o n.º 2 do mesmo art.º 77.º do RFALEI:

i) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

ii) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos (PPI) do município;

iii) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;

iv) Remeter semestralmente à câmara municipal e à assembleia municipal informação sobre a respetiva situação económica e financeira;

v) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

5. Compete, ainda, ao auditor externo, de harmonia com o n.º 4 do mesmo art.º 77.º do RFALEI, pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

6. A contratação da prestação de serviços de um ROC ou SROC para efeitos de certificação legal de contas nos termos dos artigos 76.º e 77.º do RFALEI, rege-se pelas disposições do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, e demais alterações que lhe foram introduzidas, conjugadas com as disposições dos artigos 53.º e seguintes do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto.

7. A prestação de serviços de auditoria externa para os exercícios de 2014 e 2015, no âmbito dos artigos 76.º e 77.º do RFALEI, foi adjudicada à firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, pessoa coletiva registada sob o número 502 525 410, como sede em Bragança, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, mediante procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do art.º 16.º e alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP, na redação do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, pelo preço contratual anual de € 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos euros), a que acrescem € 1.242,00 (mil duzentos e quarenta e dois euros) correspondente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa de 23%, o que totaliza a importância de € 6.642,00 (seis mil, seiscentos e quarenta e dois euros), processado, em regra, em doze

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

prestações mensais iguais e sucessivas no valor, incluído o IVA, de € 553,50 (quinhentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos).

8. Nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do RFALEI, sob propostas da Câmara Municipal aprovadas nas reuniões ordinárias de, respetivamente, 21 de novembro de 2014 e 17 de abril de 2015, aquela SROC foi nomeada pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva como Auditora Externa das Contas do Município para os anos de 2014 e 2015 nas sessões ordinárias de 19 de dezembro de 2014 e 30 de abril de 2015, respetivamente, tendo sido celebrados, para o exercício de 2014, o Contrato Administrativo n.º 1/2015, em 12 de janeiro de 2015, e para o exercício de 2015, o Contrato Administrativo n.º 11/2015, de 21 de outubro de 2015.

9. Nada tendo a opor à prestação da referida SROC no âmbito das atividades de auditoria externa desenvolvidas no Município, importa decidir da sua manutenção como Auditora Externa das Contas do Município até ao final do corrente mandato autárquico, pelo mesmo preço contratual conforme já manifestado pela SROC.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar a presente proposta de nomeação da firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa das Contas do Município no âmbito dos artigos 76.º e 77.º da mesma lei, para os exercícios de 2016 e 2017, a contratualizar nos mesmos termos que anteriormente, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo do n.º 1 do art.º 77.º do RFALEI, na sessão ordinária a realizar no corrente mês de abril.”

----- Não tendo havido inscrições para intervir neste ponto da ordem do dia, foi de imediato colocado a votação pelo Sr. Presidente da Assembleia.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe.-----

----- **f) Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de aprovação da 4.ª Alteração ao PDM de Vila Nova de Paiva** publicada pelo Aviso n.º 13.159/2014 na 2.ª Série do Diário da República n.º 229, de 26 de novembro de 2014 – Proposta aprovada pela Câmara Municipal, em reunião dia 15 de Abril. -----

----- Foi presente à reunião a proposta em epígrafe, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. O Regulamento do Plano Diretor Municipal (doravante PDM) de Vila Nova de Paiva foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/94, de 15 de março, e posteriormente alterado e republicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2005, de 15 de janeiro, e alterado, por adaptação, pelos Avisos n.ºs

276/2009, publicado na 2.^a série do Diário da República n.º 3, de 6 de janeiro de 2009, e 11.595/2011, publicado na 2.^a Série do Diário da República n.º 101, de 25 de maio de 2011.

2. Através do Aviso n.º 13.159/2014 publicado na 2.^a Série do Diário da República n.º 229, de 26 de novembro de 2014, foi introduzida uma quarta alteração ao PDM, aprovada em definitivo por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sessão ordinária realizada no dia 28 de abril de 2014, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião extraordinária realizada no dia 15 de abril de 2014, ao abrigo do n.º 1 do artigo 79.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (doravante RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro.

3. Pretendeu-se com aquela quarta alteração proceder a uma pequena alteração ao PDM em vigor, sem qualquer implicação no respetivo Regulamento, alterando o limite da área assinalada na Planta de Ordenamento do PDM como Espaço Industrial (ZI), sita no lugar do Sangrinho, na Freguesia de Vila Cova à Coelheira, ampliando em 6,6% a respetiva área, passando da área de 14,27 hectares para 15,28 hectares, permitindo assim no mais curto espaço de tempo a instalação de pequenas unidades de produção e ou transformação, não poluidoras, por isso com impacto ambiental diminuto, quer pela sua dimensão, quer pela natureza (por exemplo, serralharias, carpintarias, armazéns de produtos agrícolas, para a construção e ou outros de natureza similar), incentivando a sua deslocalização do interior dos aglomerados urbanos e fomentando o investimento e a criação de emprego, favorecendo ainda a fixação de população na área do Município.

4. Após a publicação da referida alteração pelo Aviso n.º 13.159/2014, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (doravante CCDRC), de Coimbra, através de comunicação por telefax de 10 de dezembro de 2014 (DOTCN 1660/14 – Proc. PDM-VI.22.00/1-14), vem reclamar que, analisados os processos existentes naqueles serviços, se constata que aquela alteração ao PDM de Vila Nova de Paiva não terá seguido todos os trâmites previstos no RJIGT, em particular, por remissão do n.º 2 do art.º 96.º, o disposto no n.º 3 do art.º 75.º-C (realização de uma conferência de serviços com todas as entidades representativas dos interesses a ponderar), no art.º 76.º (concertação), nos n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º (Discussão pública) e no art.º 78.º (emissão de eventual parecer final pela CCDRC, no prazo de 10 dias, improrrogáveis, como previsto no n.º 1 deste artigo).

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

5. Por comunicação remetida em 30 de dezembro de 2014 àquela CCDRC por n/ofício n.º 2.203/DAF/14, foram justificados os procedimentos efetuados pelo Município e remetido um exemplar da versão final aprovada da quarta alteração do PDM para efeitos de eventual emissão de parecer final por aquela CCDRC, como previsto no n.º 1 do art.º 78.º do RJIGT, na expectativa de que, decorrido o prazo para o efeitos de emissão de parecer ou caso a CCDRC nada tivesse a opor à alteração do PDM, desta forma ficasse convalidado o ato, visto que por força do n.º 2 do mesmo artigo 78.º, tal parecer, quando emitido, não possui carácter vinculativo, incidindo apenas sobre a conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes e a compatibilidade ou conformidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes

6. Em 22 de janeiro de 2015 foi recebido nesta Câmara Municipal o ofício DOTCN 37/15, de 19 de janeiro, da CCDRC, de resposta ao n/ ofício n.º 2.203/DAF/14, no qual aquela CCDRC dá conta de que em reunião havida em 16 de dezembro de 2014 já haviam manifestado não existirem condições para a emissão do parecer solicitado, por entenderem não terem sido realizados determinados procedimentos legais obrigatórios que devem anteceder a emissão do parecer final da CCDRC, designadamente a conferência de interessados com as entidades representativas dos interesses a ponderar, nos termos do n.º 3 do art.º 75.º-C do RJIGT, e a discussão pública, nos termos previstos nos n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º do mesmo RJIGT, em particular a audição do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (pelo facto, nomeadamente, da ampliação da zona industrial afetar áreas do regime florestal sob tutela desta entidade, embora de dimensão reduzida, incluídas no Perímetro Florestal de Leomil e a desafetar para o efeito), da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e da Direção Regional de Economia do Centro (DREC), sendo que, por força da extinção das direções regionais de economia operada pelo n.º 1 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, as suas atribuições no domínio da indústria, comércio e serviços foram integradas no IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I P., assegurando esta entidade a presença regional e a prestação de proximidade dos respetivos serviços aos investidores e às empresas, bem como a discussão pública nos termos previstos nos n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º do mesmo RJIGT,

7. Naquele mesmo ofício a CCDRC conclui ainda ser necessário que o Município proceda à anulação da deliberação de aprovação da quarta alteração ao PDM de Vila Nova de Paiva, e repondere as condições que subjazem à alteração pretendida e fundamente a sua necessidade, nomeadamente mediante uma reconfiguração da área do espaço industrial em causa, com vista à realização de uma

conferência de interessados nos termos do disposto no art.º 75.º-C do RJIGT, o que foi reiterado recentemente em nova reunião havida recentemente nas instalações da CCDRC.

8. Nesta conformidade, conclui-se que o ato de aprovação da quarta alteração do PDM é um ato anulável nos termos do art.º 135.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) então em vigor aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, dado não terem sido adequadamente cumpridos os preceitos previstos nomeadamente no n.º 3 do art.º 75.º-C e n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º, ambos do RJIGT.

9. Refira-se que em 7 de abril de 2015 entrou em vigor o novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que revê e revoga o anterior CPA aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas.

10. Também em 13 de julho de 2015 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e revoga o anterior RJIGT aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, determinado o n.º 1 do seu art.º 90.º, por remissão do n.º 1 do art.º 119.º, que as alterações aos planos municipais (onde se integram os planos diretores municipais) são aprovadas pela assembleia municipal, mediante proposta apresentada pela câmara municipal.

11. O ato de aprovação da quarta alteração do PDM é um ato anulável nos termos do art.º 135.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) então em vigor à data do ato, a que sucedeu atualmente o n.º 1 do art.º 163.º do novo CPA, dado não terem sido adequadamente cumpridos os preceitos previstos nomeadamente no n.º 3 do art.º 75.º-C e n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º, ambos do anterior RJIGT.

12. O princípio tempus regit actum, acolhido no artigo 12.º do Código Civil, constitui a regra geral de aplicação das leis no tempo e significa que as normas jurídicas têm efeito apenas para o futuro, valendo no direito público e no privado; no direito administrativo, incluindo o direito do urbanismo, tal princípio significa que os atos administrativos se regem pelas normas em vigor no momento em que são praticados (in Parecer n.º 42/2010 da Procuradoria-Geral da República publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 100, de 23 de maio de 2012), e independentemente da natureza das situações a que se reportam e das circunstâncias que precederam a respetiva adoção.

13. Ora um ato administrativo anulável pode ser revogado nos termos do n.º 1 do art.º 165.º do CPA atualmente em vigor.

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

14. Ao abrigo do n.º 1 do art.º 171.º do novo CPA, a revogação da deliberação da Assembleia Municipal que aprovou a versal final da quarta alteração ao PDM só irá produzir efeitos para o futuro.

15. Face ao exposto conclui-se que a aprovação da versão final quarta alteração do PDM por deliberação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na sessão ordinária de 28 de abril de 2014, é um ato anulável nos termos do n.º 1 do art.º 163.º do novo CPA, dado não terem sido adequadamente cumpridos os preceitos previstos nomeadamente no n.º 3 do art.º 75.º-C e n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º, ambos do RJIGT, podendo tal ato ser revogado ao abrigo do n.º 1 do art.º 165.º do mesmo CPA, produzindo tal revogação apenas efeitos para o futuro ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 171.º ainda daquele CPA.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que delibere:

1.º) Considerar ser necessário reponderar as condições que estiveram subjacentes à aprovação da quarta alteração do PDM, e reconfigurar a área do espaço industrial visada, em conjugação com os serviços, organismos e entidades da Administração Central envolvidas, a levar a efeito nos termos e ao abrigo das disposições do RJIGT aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

2.º) Em consequência, propor à Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo do n.º 1 do art.º 165.º do CPA em vigor, a revogação da sua deliberação tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 28 de abril de 2014, que aprovou a Quarta Alteração ao PDM de Vila Nova de Paiva, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação na reunião extraordinária de 15 de abril de 2014, e publicada pelo Aviso n.º 13.159/2014 na 2.ª Série do Diário da República n.º 229, de 26 de novembro de 2014, produzindo tal revogação apenas efeitos para o futuro ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 171.º do CPA.”

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os Srs. José Manuel Correia Alves, e Fernando Félix cujas declarações constarão no texto definitivo da ata.-----

----- O Sr. José Manuel Correia Alves, referiu que já quando esta questão do loteamento veio anteriormente à reunião da Assembleia, levantou a questão da ampliação dado que o espaço existente ainda não estava sequer ocupado. Sente algum constrangimento na revogação da decisão tomada na reunião de 28 de abril de 2014, uma vez que aquela decisão foi tomada em benefício daquele parque industrial. Gostaria de ter conhecimento do conteúdo do parecer técnico que fundamentou a decisão de ampliação daquela zona industrial . Gostaria também de ser informado se,

depois do parecer da CCDR os serviços técnicos que deram informação suporte provavelmente à primeira decisão analisaram da razoabilidade do parecer da CCDR, até porque muitas vezes os serviços da administração central interpretam o que está escrito na lei à letra, à linha e à virgula, muitas vezes dificultando as pretensões dos municípios de forma desproporcional. -----

----- O Sr. Fernando Félix referiu o seguinte: -----

“Relativamente a este assunto, que recebi com alguma surpresa, começo por dizer que partilho das preocupações e constrangimentos manifestados pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Deputado José Manuel Correia Alves, e atendendo que a proposta refere, aliás na linha do disposto no n.º 1 do artigo 171.º do novo C.P.A., que “a revogação da deliberação da Assembleia Municipal que aprovou a versão final da quarta alteração ao PDM só irá produzir efeitos para o futuro”, pergunto se estão em causa alguns direitos adquiridos? Se a parcela anexada, com a passagem de 14,27 hectares para 15,20 hectares, foi ocupada?

Por último, e na sequência das posições assumidas na anterior reunião sobre o recurso ao “factoring” pelo Executivo Municipal de 2006 a 2009, procedimento considerado ilegal pelo relatório emitido pelo Tribunal de Contas relativo ao exercício de 2010, eu pergunto o que dizer agora perante esta “ilegalidade”? Ainda mais rápido do que eu pensava, daí a minha surpresa e estranheza, somos confrontados nesta a reunião seguinte com uma situação para mim algo semelhante, uma vez que, tal como naquele procedimento, apesar desta Assembleia Municipal ter aprovado há um ano a alteração ao PDM de Vila Nova de Paiva, convicta certamente que estava a defender os interesses do Município, veio agora uma entidade externa, a CCDRC, dizer “ser necessário que o Município proceda à anulação da deliberação de aprovação da quarta alteração ao PDM”, uma vez que aquela entidade não emite o competente parecer final por “ não terem sido realizados determinados procedimentos legais obrigatórios”. Ou seja, no caso do procedimento de factoring exigia-se parecer prévio, neste caso pelos vistos exigia-se conferência de interessados, discussão pública e audição do ICNF.”

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sobre este processo, referiu que há muitas diferenças, há coisas que são ilegais e que implicam infrações e à outras que não como é o caso em apreço.-----

----- O Sr. presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as dúvidas suscitadas, começando por referir que de acordo com o Plano Diretor Municipal a zona afeta à zona industrial do Sangrinho está devidamente demarcada e é constituída por 14,25 hectares. O grande problema foi que na altura do lançamento do concurso

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

publico para a infraestruturaco da zona que ocorreu em 2009, no mandato do seu antecessor foi lanada a concurso a infraestruturaco de um espaco que de acordo com o PDM no era espaco industrial, era apenas parte de zona industrial que tinha de obedecer aos devidos afastamentos da Estrada que atualmente  Municipal. -----

----- A atual Cmara Municipal aproveitando o declive a obra feita e as infraestruturas colocadas pura e simplesmente apresentou  CCDDR proposta de afetao de mais um hectare. Hectare esse que inicialmente no estava previsto na zona industrial mas onde o município liderado pelo seu antecessor fez infraestruturas industriais, como se pode verificar no processo de concurso de infraestruturaco do loteamento inicial. Mais a Cmara fez uma alteraco ao PDM, por alteraco simples para ocupar aquela zona que indevidamente j estava infraestruturada. Foi nessa altura que a CCDDR vem dizer que no devia haver ampliaco mas sim reconfiguraco e que essa reconfiguraco no estava sujeita a parecer das diversas entidades, mas apenas a parecer do ICNF dado que no espaco h uma pequena parcela que  perímetro florestal. Por isso a CCDDR vem dizer que deve ser revogada a deciso de ampliaco e se faa uma reconfiguraco que  o que hoje aqui se est a propor. -----

----- O Sr. Presidente referiu ainda que embora o parecer da CCDDR no fosse vinculativo era obrigatório. -----

----- O Sr. Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova  Coelheira prestou esclarecimentos acerca deste processo do loteamento industrial de Vila Cova  Coelheira, no que respeita aos terrenos que o integram e que eram baldios da freguesia de Vila Cova  Coelheira. -----

----- **DELIBERAO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Cmara Municipal acima transcrita.-----

----- **Interrupo da reunio:** Eram quinze horas e quarenta e sete minutos quando o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos por um período de cinco minutos.-----

----- Decorridos os cinco minutos e regresso  reunio foram retomados os trabalhos como segue:-----

----- **g) Relatório de Gesto e Prestaco de Contas do exercício de 2015, bem como Mapa Síntese dos Bens Inventariados, aprovados em reunio ordinria da Cmara Municipal de 15 de abril de 2016** – Proposta de apreciaco e votaco – Conhecimento da **Certificaco Legal das Contas (CLC) e Parecer** sobre as mesmas elaborados pelo Auditor Externo firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, conforme determina o n.º 3 do art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais. -----

----- Foram presentes à sessão o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2015, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados, aprovados pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária que teve lugar no dia 15 de abril de 2016. -----

----- Relativamente à Execução Orçamental do exercício de 2015, verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa anexo à Prestação de Contas que o montante total das Receitas Orçamentais, incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 647.132,52 (seiscentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), foi de € 7.873.476,18 (sete milhões, oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis euros e dezoito cêntimos), sendo o montante das Despesas Orçamentais realizadas no montante de € 7.446.507,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e sete euros), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 426.969,18 (quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e nove euros e dezoito cêntimos). -----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, verifica-se no mesmo Mapa que o montante das entradas de fundos (recebimentos), incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 316.577,27 (trezentos e dezasseis mil, quinhentos e setenta e sete euros e vinte e sete cêntimos), se cifrou no montante de € 726.274,20 (setecentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e quatro euros e vinte cêntimos), constatando-se uma saída de fundos (pagamentos) no valor de € 459.757,54 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 266.516,66 (duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e dezasseis euros e sessenta e seis cêntimos). -----

----- Conforme Relatório de Gestão constata-se que: -----

----- a) O Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental definida no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI), visto que o saldo corrente (diferença entre a receita corrente e a despesa corrente) ascendeu ao valor de € 1.097.477,03, significativamente superior ao montante das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (€ 576.149,70). -----

----- b) A dívida total do Município reportada a 31 de dezembro de 2015, apurada nos termos definidos no n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI, ascendeu a € 4.669.150,93 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, cento e cinquenta euros e noventa e três cêntimos). -----

----- c) A dívida total, excluídos os empréstimos, ascende a € 458.418,14 (= € 4.669.150,93 – € 4.210.732,79), que é muito inferior a 75% da média da receita

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

corrente líquida dos últimos três exercícios (€ 3.643.070,68), sendo assim respeitada a condicionante prevista no art.º 58.º, n.º 1, alínea b) do RFALEI; -----

----- d) A dívida total não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (€ 4.857.427,58), pelo que é respeitada a condicionante do art.º 58.º, n.º 2, do RFALEI; -----

----- e) A dívida total é inferior ao limite da dívida definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI, limite esse apurado no montante de € 7.286.141,37 (sete milhões, duzentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta e um euros e trinta e sete cêntimos), pelo que, de acordo com a alínea b), do n.º 3, do mesmo artigo 52.º, o Município só pode aumentar aquele limite em 2016 no valor correspondente a 20 % da margem disponível no início do exercício. -----

----- Conforme Demonstração de Resultados constante da Prestação de Contas, o resultado líquido do exercício ascende a € 1.083.105,86 (um milhão, oitenta e três mil, cento e cinco euros e oitenta e seis cêntimos). -----

----- Foi ainda aprovado pela Câmara Municipal o Mapa Síntese dos Bens Inventariados, e conforme Proposta do Sr. Presidente constante do Relatório de Gestão, foi aprovado, nos termos do ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aqueles resultados líquidos fossem levados à conta 59 – Resultados Transitados, e constituído o reforço anual da conta 571 – “Reservas legais” no valor de € 54.155,29 (cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos), correspondente a 5% do referido resultado líquido do exercício, não havendo necessidade de reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 – “Património” ser já superior a vinte por cento do ativo líquido. -----

----- Foi também presente à sessão a Certificação Legal das Contas (CLC) e Parecer sobre as mesmas, datados de 19 de abril de 2016, elaborados pelo Auditor Externo, firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, conforme determina o n.º 3 do art.º 76.º do RFALEI. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apreciação dos documentos de gestão em apreço, tecendo algumas considerações sobre os resultados obtidos, comparando-os com os de anos anteriores e apelou ao voto favorável de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros José Manuel Correia Alves, Amândio Salvador, Fernando Félix e José Manuel Rodrigues .-----

----- O Sr. José Manuel Correia Alves, referiu que por uma questão de rigor, boa arte e bom ofício, os documentos de Prestação de Contas e Relatório enviados à Assembleia deveriam estar assinados pelo Órgão Executivo. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa anotou a sugestão e referiu que os documentos originais das contas e relatório que estão na mesa têm as devidas assinaturas, os que foram enviados não têm porque seguiram diretamente do sistema via e-mail e assim não fosse não teriam chegado com o tempo que os Sr. membros da assembleia consideram necessário para a sua análise, uma vez que são documentos muitos extensos.-----

----- O Sr. Amandio Salvador, sobre as Contas do exercício de 2015, disse o seguinte:-----

“ - Sr. Presidente, não venho aqui por em causa as Contas. O que me chamou à atenção quando li a prestação de contas foi quando cheguei à página cento e sessenta e vi a transferências de capital e correntes para as associações. Sou de opinião que devemos ter associações fortes e ativas, só ficamos mais ricos por isso, e claro devemos apoiar-las, para elas desenvolverem os seus planos de atividades. No Touro só uma é que foi subsidiada. Sr. Presidente tem de haver mais equidade na distribuição de subsídios.

As Juntas de freguesia, todas receberam mais ou menos a mesma quantia, só uma é que recebeu mais, e que eu saiba os atos eleitorais foram os mesmo em todo o concelho.”

----- O Sr. Presidente da Câmara acerca dos subsídios atribuídos, referiu que a atribuição depende da necessidade de cada associação, das atividades a desenvolver e da relevância e envolvimento dessas atividades. Disse também ser do conhecimento de todos que, sempre que é solicitado à Câmara algum tipo de apoio quer pelas juntas de freguesia quer pelas associações nunca foi recusado.-----

----- O Sr. Fernando Félix fez a seguinte apreciação: -----

“Na continuidade da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, direi que reconheço a pertinência da intervenção do Sr. Amândio Salvador, porque a ausência das associações da Queiriga também me deixa a pensar.

Sr. Presidente da Câmara se me permite quero dizer-lhe que face à explanação que acabou de fazer a maior parte das minhas dúvidas já foram esclarecidas, no entanto ainda tenha algumas pontuais que gostaria de ver esclarecidas.

Assim, começo por referir o Relatório da Certificação Legal de Contas, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, o qual menciona novamente, e até o texto é idêntico ao do ano anterior, como reservas no ponto sete “encontra-se em curso o

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

processo de arrolamento, inventariação, classificação e valorização dos bens do domínio público e privado, facto que não permitiu concluir satisfatoriamente sobre o valor do impacto nas demonstrações financeiras, bem como sobre as asserções, ocorrência, rigor, existência, plenitude, direito, valorização e imputação”. Passado um ano eu pergunto se este processo de inventariação/arrolamento está a ser feito, ou seja se já houve algum desenvolvimento para suprir aquela “falha”.

Quanto às contas estas revelam que foram respeitados os limites de endividamento e que os níveis de execução atingiram valores muito bons, o que é de louvar. Isto faz-me recordar uma intervenção minha aquando da aprovação do primeiro orçamento no início do mandato deste executivo em 2010, na qual referi que os orçamentos eram, desajustados à realidade da autarquia, e por natureza “documentos previsionais, sendo o que se encontrava em discussão um bom exemplo disso, manifestando/exigindo até uma boa dose de esperança/fé, atendendo quer ao montante total quer ao elevado valor apresentado pelas rubricas generalistas de outras receitas”. Algum tempo depois, julgo que na apreciação das Contas de 2010, efetuada em abril de 2011, o Sr. Presidente da Câmara, na linha da mencionada “dose de fé”, viria a referir que “que seria milagreiro se conseguisse atingir a plenitude da sua execução”. Neste momento Sr. Presidente da Câmara digo-lhe que, conforme sempre defendi, não é possível fazer milagres, mas é possível evitar excessos, com mérito e com taxas de execução louváveis de 89.9%, sendo esta a melhor taxa de execução de sempre.

Relativamente às dúvidas pontuais eu convido o Sr. Presidente da Câmara, se me permite, a esclarecer se possível a informação constante da página trinta do Relatório de Gestão, nomeadamente se são conhecidas as causas do decréscimo considerável, redução quase para metade, apresentado pelo Imposto Municipal sobre Veículos.

Quanto ao valor do IMI arrecadado verificou-se no ano de 2015 um acréscimo, no entanto eu pergunto se já há algum estudo previsional sobre o impacto da isenção automática introduzida no ano em curso pelo Estatuto dos Benefícios Fiscais, o qual isenta de tal imposto os contribuintes com rendimento inferior a € 15.295,00 e património inferior a € 65.000,00.

Relativamente às receitas de “Venda de água”, referida na página sessenta e dois, verifica-se um aumento significativo, perguntando eu qual ou quais as causas subjacentes a este aumento.

Na página 123 do Relatório de Gestão, nas funções económicas, verifica-se que o mapa de empresas instaladas no município é idêntico ao do ano 2014, felizmente

não encerrou nenhuma e presumo que não foi instalada mais nenhuma em Vila Nova de Paiva, tendo apenas se instalado uma no loteamento industrial do Sangrinho em Vila Cova à Coelheira. Relativamente ao empreendedorismo e às empresas, pergunto se existe na Câmara Municipal alguma inventariação/identificação dos empreendedores/empresários deste concelho, mesmo os que não estão instalados nos parques industriais existentes. Existe algum estudo ou base de dados que identifique quem são os empreendedores do Município, o que fazem e que projetos têm para o futuro?.

Termino referindo que as Contas de 2015 revelam taxas de execução elevadas, mas também revelam a enorme dependência das transferências do Estado Central. A taxa de execução revela que estamos a caminhar no sentido de darmos mais rigor às contas municipais, aos orçamentos e aos planos de atividade, e estamos a cumprir, no bom sentido, as exigências legais que existem atualmente. Estamos assim por esta via a adequar, conforme eu defendi aqui várias vezes, a política municipal à política nacional, a qual influencia e determina a “vida” do município.”

----- O Sr. José Manuel Rodrigues, depois de cumprimentar a mesa e todos os presente proferiu o seguinte: -----

“Perante todos os elementos disponibilizados pelo Executivo, a esta Assembleia, Relatório de Gestão e Prestação de Contas, complementado pela Certificação Legal de Contas, apresento uma análise genérica e o mais simples possível nos termos utilizados para que todos aqui presentes e munícipes possam tirar conclusões sobre a gestão do município pelo atual Executivo, no que concerne à sua situação económico financeira, durante o exercício de 2015.

Todos sabemos que os registos contabilísticos, resultam da atividade corrente e atividades de investimento que decorrem durante o período em análise.

As opções políticas, diria, as opções de gestão do Executivo estão refletidas nestes documentos.

E se muitos, apenas analisam as opções tomadas pelo Executivo, criticando-as ou valorizando-as só pelo seu resultado/impacto na sociedade/território, é fundamental analisar essas opções com impacto nas contas do Município e na estrutura de capitais que não devem ser esquecidas, face às consequências que daí podem advir, quer para os gestores (neste caso o Executivo), quer até para a viabilidade e futuro do Município.

Penso que perante este enquadramento, ninguém coloca objeções ou divergências de análise.

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

A Prestação de Contas, como é habitual e normal, foi-nos apresentada numa perspetiva Orçamental e Patrimonial. Vou tentar ser sintético mas abordando as rubricas mais estruturantes para que todos fiquem esclarecidos ou induzidos a colocar algumas considerações importantes para a compreensão do estado financeiro e económico do Município em 2015.

Numa análise patrimonial

Os fundos próprios do Município atingem 10.989.509€ em comparação com os 9.383.019€ em 2014. O acréscimo é resultante da incorporação do RLE de 2014 e obtenção do RLE em 2015 de 1.083.105€.

Estes fundos próprios originam uma Autonomia Financeira de 42,2% (na ótica patrimonial).

As dívidas a fornecedores em 2015 são de 96.783,00 €, enquanto que em 2014 eram de 217.590 €;

Fornecedores de Imobilizado em 2015 são de 61.190,00 €, enquanto que em 2014 eram de 65.173,00 €;

Outros credores em 2015 o valor é de 248.473,00 € enquanto que em 2014 era de 356.092,00 €;

Dividas a terceiros - médio e longo prazos:

- Instituições de crédito – 3.636.137 € em 2015 contra 4.217.430 € em 2014;*
- Leasing – 10.821 € em 2015 contra 54.693 € em 2014;*
- Fundo de Apoio Municipal – 235.666 € em 2014 contra 282.800 € em 2014.*

Dividas a terceiros de curto prazo:

- Outros credores -248.473 € em 2015 e 356.092 € em 2014;*
- Empréstimos de curto prazo - 574.595€ em 2015 e 574.595€ em 2014;*
- Leasing – 10.790€ e 10.790 € em 2014 e 2015;*
- Fundo de Apoio Municipal – 417.134 € em 2015 e 0 em 2014.*

Conclusão: Relação das dívidas a terceiros, com especial ênfase para os empréstimos bancários, não só por ser rubrica com mais impacto no passivo mas porque existiu uma redução de 4.792.025 € em 2014 para 4.210.732 € em 2015 (581.293€).

O ativo global do Município passou de 25.655.691€ para 26.033.788€, resultante do aumento das Imobilizações Corpóreas em curso e de dividas de terceiros (outros devedores 93.156 €).

Na ótica Patrimonial da análise contas, podemos constatar uma melhoria na situação financeira do Município face a 2014.

- Melhoria da Estrutura de Capitais com ênfase nos fundos próprios;*

- *Redução do passivo global. Com ênfase nos empréstimos bancários, decorrente do plano de amortização dos empréstimos a médio e longo prazos em curso.*

Na ótica Orçamental

A situação económico financeira do Município de Vila Nova de Paiva, do ponto de vista orçamental podemos aferir o seguinte:

A execução anual das GOP's e PPI foi em 2015 muito elevada, se comparada com o histórico de anos anteriores.

A percentagem de execução anual atingiu nas GOP 89,19% (43,97% em 2014, 45% em 2013 e 59,86% em 2013).

O PPI também evidência uma execução acima do histórico (desde 2006, os valores rondaram 46,57% até 59,86% em 2013, 43,97% em 2014 e 89,19% em 2015).

Trata-se de um nível de execução de excelência, para uma entidade pública, decerto resultante do empenho do executivo mas também de uma maior proximidade à realidade das GOP e PPI apresentadas para 2015.

Evolução das Receitas:

A rubrica das receita em 2015 no que concerne à Receitas Correntes, atinge um valor de 5.469.221 € que compara com 5.452.363 € em 2014 sensivelmente o mesmo valor.

As receitas de Capital (destinadas a investimentos), atingiram um valor de 1.701.863€ (+53%), constituídas por transferências da Administração Central. O Estado 1.298.978€, mais 400.000€ de empréstimo custo prazo, empréstimo questionável, atendendo à finalidade.

Relativamente às Despesas

- Despesas correntes – 4.153.713 € -3,71% do que 2014;

- Despesas de Capital – 2.983.540€ + 37,76% do que em 2014;

Verifica-se aqui um inadequado suporte de despesas de capital com despesas correntes. Estas deveriam ser suportadas por receitas da mesma natureza. No entanto, o excedente de receitas correntes suportam pontualmente as despesas de investimento.

Despesas correntes referidas anteriormente - 4.153.713€

Receitas correntes – 5.452.363€ (+ 1.298.550€).

Face ao orçamento apresentado para 2015, os dados referentes ao grau de realização são os seguintes:

- Receitas correntes, previstas 5.621.565 €, realizadas 5.469.21 €, graus de execução 97,29%;

- Despesas correntes, previstas 4.748.626 €, realizadas 4.153.713€, grau de execução 85%;

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

Receitas de capital, previstas 3.414.427€, realizadas 1.701.863€, grau de execução 50,87%;

Despesas de capital, previstas 4.495.208€, realizadas 2.983,540€ grau de execução 66,37%.

De facto existe aqui um défice de realização do investimento fundamentalmente originado pela não execução de obra neste ano e prevista no orçamento por exemplo, o investimento na requalificação da EBI de Vila Nova de Paiva no valor de 825.000€.

Pessoal

Decréscimo no pessoal a cargo do município de 124 para 119 colaboradores.

Em termos de custos, existe decréscimo residual do valor do custo com pessoal – 2.204.670€ em 2015 (2.066.610€ em 2014). Contudo, convém referir que as despesas com pessoal representam 53% das despesas correntes do Município e 40,3% das receitas correntes de 2015.

Evolução do endividamento – Outras dívidas a terceiros (com operações de tesouraria e Fundo de Apoio Municipal)

Passou de 1.033.405€ em 2014 para 749.624€ em 2015, existindo portanto, uma evolução positiva.

Nestes cálculos, não estão contabilizadas as componentes de curto prazo dos empréstimo bancários de médio e longo prazos e do leasing.

Sem operações de tesouraria e FAM este valor também decresce e muito de 716.827€ para 483.023,00 €.

Fornecedores Estado e Outros Entes Públicos, verifica-se um decréscimo substancial de 2008 a 2015 (2.445.164€ a 451.576€). De 2014 para 2015 resultou uma redução de 50% (952.551€ para 451.576€).

Mapa de empréstimos bancários

Já foi referido a evolução dos empréstimos bancários na ótica patrimonial e concluímos que o município apresenta um stock de dívida bancária de 4.210.732€ em 2015 contra os 4.792.025€ em 2014. Décrécimo de 581.293 €.

Parece-me que aqui existe uma preocupação permanente (pelo menos nos dois últimos mandatos do executivo) em reduziu o endividamento – 5.928.581€ em 2009 para 4.217.430€ em 2015, havendo um diferencial de 1.717.751€.

Neste tipo de Municípios, do interior com reduzida população e investimento privado, o peso das transferências da Administração Central é muito elevado 70,27% das despesas totais do município, existindo um pequeno decréscimo em 2015 (71%).

As receitas próprias são por isso diminutas - 18% das receitas totais do município.

As despesas de capital/investimento pesam 41,8% na despesa total do município, evidenciando um acréscimo de cerca de 11 pontos percentuais face a 2014. Os rácios indicadores gerais permitem aferir/comparar capacidade do município em determinadas rubricas.

A autonomia financeira melhora - 22,97% para 24,89% em 2015, cima do regulamentado.

Saldo da gestão para o ano em curso decresceu , sendo de 270.000 €.

Resultados positivos de 1.083.105€ não sendo necessário reforço dos capitais próprios já que os mesmos ultrapassam os 20% do ativo total líquido.

Conclusão

- *Melhoria na estrutura financeira do município;*
- *Melhoria nas dívidas a terceiros e a bancos, evidenciando a permanente diminuição já verificada nos últimos anos;*
- *Afetação de elevados valores 2/3 a funções económicas e sociais, áreas fundamentais para o desenvolvimento sócio económico do município;*

Conclui-se assim que a viabilidade do município está cada vez mais salvaguardada no que concerne à solidez e executabilidade das contas.

Viabilidade económica e social dependerá de muitos fatores e estou certo que o atual executivo e futuros estarão atentos, pois o que move todo e qualquer autarca é a permanente melhoria das condições de vida dos seus munícipes.”

----- O Sr. presidente da Assembleia fez uma pequena avaliação das Contas e do Relatório, tendo em seguida dado a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que agradeceu a intervenção dos Sr. membros da Assembleia e prestou esclarecimentos sobre as dúvidas apresentadas.-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir o Sr. Presidente da Câmara Colocou a votação os documentos de gestão em apreço.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com onze votos a favor e quatro abstenções dos membros Srs. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Rosa Cristina Alves Pinto e Rosa Maria Carvalho Santos, aprovar as Contas e o Relatório do exercício de 2015.-----

----- **i) Informação sobre a atividade municipal** nos termos nomeadamente do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 29 de fevereiro a 27 de abril de 2016; -----

----- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 01 de março a

Ata N.º	02/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	104

27 de abril, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar. Não houve qualquer questão ou pedido de esclarecimento colocada ao Sr. Presidente da Câmara.-----

-----Relativamente aos trabalhos desenvolvidos, José Manuel Correia Alves solicitou esclarecimentos sobre a questão do reforço dos tutores das árvores nos arruamentos novos bem como correção de soleira no restabelecimento da ex-EN 323 VNP/Alhais junto à oficina, uma vez parecerem questões que poderiam ser da responsabilidade da garantia das empreitadas. Por outro lado e em relação à instalação de sinais de trânsito, estacionamento proibido, alertou para a necessidade da Câmara Municipal vir a aprovar um Regulamento específico aprovado para tal, uma vez que de outra forma essa sinalização não terá valor e efectividade legais. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve público presente na reunião.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram dezassete e trinta minutos horas e dez minutos. -----

----- Todos os documentos citados nesta ata e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às atas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----
